

A docência na educação superior privada: condições de trabalho e consciência política

**Aline Veiga dos Santos
Ranilce Mascarenhas Guimarães Iosif**

RESUMO

O artigo apresenta uma análise das condições de trabalho dos docentes na educação superior privada e discute a consciência política desses profissionais no contexto dos novos modelos de governança educacional. Trata-se de um recorte de um estudo de caso qualitativo realizado em uma instituição de ensino superior privada, que faz parte do maior grupo educacional da América Latina. As técnicas utilizadas para a geração dos dados foram análise documental, entrevistas individuais e observação assistemática. A interpretação dos dados foi realizada a partir da Análise de Conteúdo. Uma nova lógica laboral vem se consolidando no cotidiano dos docentes que atuam nas companhias educacionais. Apesar da precarização e da fragilidade nas relações de trabalho, os professores ainda não conseguiram se organizar coletivamente, o que reduz as possibilidades de luta e de enfrentamento do problema.

Palavras-Chave: Educação Superior Privada; Trabalho Docente; Consciência Política.

Introdução

A política neoliberal de mundialização do capital e de reestruturação dos paradigmas da produção e da gestão do trabalho fortificou o processo de mercantilização da educação superior empreendido nas três últimas décadas (1990-2010). Esse cenário converge para a desqualificação docente e para a perda de sentido de seu trabalho, assim como para a descaracterização do processo pedagógico e das relações educacionais (TIRADENTES, 2009). A partir das tendências neoliberais, a reconfiguração da organização do trabalho implicou em uma nova relação entre Estado-mercado-sociedade, por meio da “remercantilização” da força de trabalho, da contenção ou fragmentação dos sindicatos, da desregulação do mercado e da privatização de muitos dos serviços sociais sob a tutela do Estado (FIORI, 1997).

À luz do caso brasileiro, observa-se que os efeitos dessas mudanças atingiram as relações de trabalho na educação superior pública e privada de forma direta e/ou indireta, por meio do ajuste da economia nacional e das privatizações a partir da década de 1990, que levaram ao produtivismo acadêmico; à ampliação da jornada de trabalho (com a não reposição de quadros vagos); à realização de diversos serviços

concomitantemente com a sala de aula; ao aguçamento dos contratos temporários; entre outras práticas. Conforme Oliveira (2011, p. 42) “a intensificação do trabalho docente na nova dinâmica capitalista, tem sua matriz na complexificação da classe trabalhadora, processo este que esteve lado a lado com a desregulamentação do trabalho e com a ‘terceirização’/privatização da educação.”

As mudanças nas relações entre Estado e mercado, somadas a um modelo de governança corporativa - que visa ao lucro e à redução de custos acima de tudo - contribuíram para a instabilidade do trabalhador em todas as áreas. Deste modo, o valor e a valorização da força de trabalho são duas grandezas bem distintas. Para o mercado, especialmente no campo da educação superior privada, é crucial que o valor de uso dessa “mercadoria” não seja somente fonte de valor; mais do que isso, precisa gerar mais valor do que possui. Esse é o diferencial que o capitalista busca na força de trabalho do docente. Assim, como qualquer negociante, consome seu valor de uso (SILVA, 2009).

Com o intuito de discutir essa nova realidade, o presente estudo analisa as relações e condições de trabalho dos docentes nas instituições de ensino superior privadas (IESPs) com fins lucrativos e discute acerca da consciência política desses profissionais no contexto dos novos modelos de governança educacional. Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa realizada em 2011 e 2012.

Caminhos da Pesquisa

Considerando a natureza do tema e o objetivo do estudo, optou-se por realizar uma pesquisa qualitativa, utilizando como estratégia o estudo de caso realizado em uma IESP, que faz parte do maior grupo educacional da América Latina. O grupo se tornou uma companhia educacional em 2007, quando abriu seu capital na bolsa de valores. A instituição selecionada localiza-se no Distrito Federal (DF), Região Centro-Oeste, foi fundada em 1999 e adquirida pelo grupo em 2008. As técnicas de geração de dados utilizadas foram análise documental, entrevistas individuais e observação assistemática.

A pesquisa contou com a participação de 15 docentes que atuam e já atuaram no grupo investigado e com um representante do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (SINPROEP-DF). Os dados gerados foram interpretados à luz da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010). O

presente artigo apresenta dois dos quatro eixos da pesquisa: a) relações e condições de trabalho; b) politicidade docente: sindicalismo e engajamento social.

Relações e condições de trabalho

A mercantilização da educação superior brasileira – impulsionada, cada vez mais, pelos empresários da educação – tem como essência a lógica do mercado. Esses investidores, versados como a nova burguesia de serviços educacionais, visam à ampliação de seus negócios na área educacional e ao investimento maciço no setor. As perspectivas promissoras e altamente lucrativas do cenário educacional provocaram movimentos de ampliação, aquisição e fusão das IESPs, formando oligopólios que passam a concentrar grande parte do alunado do país (BITTAR; RUAS, 2012).

Essa nova face da privatização mercantil passou a ser discutida recentemente. Trata-se da adoção de um modelo de governança que acentua a competitividade e afunila a oferta da educação superior nas mãos de poucos grupos nacionais e internacionais. No Brasil, a governança corporativa adentrou no ambiente educacional a partir da expansão das instituições de ensino superior com fins lucrativos na década de 1990. As mantenedoras, visando à consolidação no mercado, “passaram a se preocupar com os riscos do negócio e com a necessidade de assegurar sustentabilidade e retorno sobre o capital investido numa perspectiva de longo prazo” (Tavares, 2009, p. 232).

O conceito de governança, no país, tem se desenvolvido principalmente na esfera corporativa privada, ressalta Alves (2012). O que contribuiu para que esse novo modelo de gestão fosse difundido com maior vigor na educação privada, principalmente no nível superior. A governança corporativa concebe as instituições de ensino como empresas e os alunos como clientes e direciona a gestão das universidades aos moldes empresariais, esvaecendo o seu caráter de instituição social voltada para a formação crítica e para a solução de problemas nacionais. Nesse contexto, os professores passam a ser tratados como “peças do jogo”, que não podem custar muito, no entanto precisam trabalhar em dobro para ampliar os lucros da “empresa” no menor tempo possível.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) faz um alerta sobre o modo de atuação dos grandes grupos. As companhias educacionais – Anhanguera e Kroton – demonstram descaso com o cumprimento da

função social da propriedade. Para os grupos, só há um único valor: o do lucro máximo. Em consequência, praticam todas as ações necessárias à desvalorização do trabalho, consubstanciadas nas demissões em massa de profissionais, especialmente de mestres e doutores. Estamos diante de um *dumping* social, com graves reflexos na qualidade do ensino ministrado (CONTEE, 2013).

A pesquisa realizada evidencia que as condições de trabalho dos docentes na educação superior privada estão sendo comprometidas pelo novo modelo de governança adotado. Conforme o Ex-docente B, na instituição investigada, a ordem foi muito concreta: todos os mestres e doutores deveriam ser mandados embora.

É aquela política clássica das instituições, que mandam os mestres e doutores embora e ficam só com os especialistas. Aí depois tentam recontratar os mestres e doutores com o piso lá embaixo (Ex-docente B).

Após a aquisição da instituição, o grupo educacional manteve os contratos trabalhistas, contudo passou a demitir professores que tinham salários mais altos e a contratar docentes com salários mais baixos. Conforme os dados das entrevistas, no curso de pedagogia, 5 professores foram demitidos, no curso de enfermagem foram mais de 30. Eles demitiram os professores e juntaram as turmas. Um curso que contava com a colaboração de 15 docentes, agora está com apenas 5. Podemos inferir que a instituição trabalha com o modelo de “gestão racionalizadora” (OLIVEIRA, 2009) – cortar gastos para aumentar o lucro.

A educação não deve ser olhada só como um comércio. Ela tem de ser olhada de outra forma, porque nós vamos formar cidadãos para o nosso futuro. Eles têm de ter uma boa formação e as instituições não devem olhar apenas para o lado financeiro. Compra, compra, compra, temos que investir não só na compra das instituições, mas também na educação, na qualidade dessa educação que está sendo ofertada. Eu acho que devemos analisar essa questão (Docente E).

Quando os grandes grupos educacionais lançam seu capital na bolsa de valores, “o pedagógico traduz-se em uma atividade meramente econômica, técnica, científica e politicamente ‘neutra’, objetivável, orientada por ‘homens de negócios’” (TIRADENTES, 2011, p. 19). Nesse sentido, a função social contra-hegemônica da universidade é destruída em prol da consolidação do projeto capitalista.

O discurso do Docente C assinala as consequências do novo modelo de gestão nas suas relações e condições de trabalho.

Tiveram muitas mudanças, agora trabalhamos com colegiados, que tomam as decisões e nós temos que cumpri-las. Há um plano de ensino pré-estabelecido para padronizar as disciplinas em todos os horários. As ementas e os cursos foram padronizados. Hoje trabalhamos para atingir metas (Docente C).

Conforme Shor (2006), o controle é uma estratégia do modelo autoritário de educação, onde as diretrizes, as regras e os objetivos são impostos e não decididos democraticamente, cabendo aos docentes, funcionários administrativos e alunos somente cumprirem as determinações.

Um outro ponto destacado pelos docentes é a questão das turmas superlotadas. Não importa como e em que condições o trabalho será realizado, a instituição simplesmente aguarda os resultados. A maioria das falas aponta que o aumento de alunos nas turmas prejudicou consideravelmente a qualidade do trabalho ofertado e do ensino.

Com 80 alunos na sala, tem 3 dúzias que ficam conversando, sem prestar atenção na aula. O ponto complicador é que se perde o contato com os alunos. Quando eu falo em perder o contato, falo sobre mais participação, discussão, maior interatividade (Docente L).

Com um contingente maior de alunos dentro de sala, a absorção do conteúdo é bem menor, o que acaba impactando na qualidade do ensino (Docente I).

Hoje, o professor ganha um determinado valor para realizar suas tarefas, sendo que na verdade sua carga de trabalho vai muito além do estabelecido, caracterizando uma intensificação, extensão e sobrecarga. A questão salarial e a melhoria das condições de trabalho têm sido alvo de amplo debate e reivindicação da categoria docente, principalmente por causa das mudanças organizacionais, tecnológicas e produtivas que flexibilizam o trabalho.

Pelo volume de tarefas que a gente faz, até várias atividades além da função do curso, acho que isso [o salário] pode ser melhorado (Docente B).

Não pagar para fazer pesquisa, não pagar para orientar aluno e ainda você viver sob a ameaça de ser demitido, isso aí não é valorizar o profissional (Ex-Docente C).

Essa realidade nos traz alguns questionamentos: Quais são os impactos sociais da mercantilização e financeirização da educação? Quais medidas podem resgatar a valorização do profissional docente? Haverá espaço para a qualidade educativa pautada em valores humanos? São muitos os questionamentos, todavia, ainda há uma grande carência de estudos sobre as questões levantadas acima, principalmente no campo da política e da governança educacional, no sentido de compreender a participação dos vários atores que fazem parte dessa arena que constitui a educação superior privada no Brasil.

Diante da desvalorização do profissional docente, que geralmente não recebe para fazer pesquisa, realiza atividades não remuneradas e convive diariamente com a pressão da demissão, Demo (2002) afirma que a politicidade se põe como referência fundamental, devendo ser encarada sob a urgência da defesa da qualidade formal e política na educação. É por meio da politicidade que o docente será capaz de fazer história própria, individual e, principalmente, coletiva, transformando políticas de opressão em sua própria libertação.

O medo de ficar desempregado reprime o docente e o torna submisso às ordens vigentes. Para manter-se empregado ou readquirir seu emprego, o docente se submete às ordens da instituição ou se conforma com a perda salarial. Quando os grandes grupos educacionais lançam seu capital na bolsa de valores, passam a submeter-se ao controle e aos interesses dos investidores (conectados a distintos negócios), que impõem padrões de produtividade e metas que envolvem demissões e desqualificação da docência (TIRADENTES, 2011).

O profissionalismo docente vem se redefinindo em um delimitado espaço para o exercício da autonomia, produzindo “novos docentes que internalizam as exigências da performatividade e, assim, tornam-se autorregulados e ‘autônomos’ em uma nova sensibilidade” (BALL et al, 2013, p. 10). Os docentes são mobilizados a atender escopos políticos a fim de promover o crescimento econômico e institucional, bem como reforçar a competitividade.

Politicidade docente: sindicalismo e engajamento social

O campo do trabalho brasileiro vive a exasperação das privatizações, das terceirizações, do desemprego estrutural, do aumento da informalidade e da fragilização do poder sindical. Tudo isso, na conjuntura da globalização e de suas reformas neoliberais, culmina em políticas que diluem as fronteiras público/privadas. No plano da superestrutura, determinada pelo quadro de mercantilização da educação superior, o sentido de classe vem sendo substituído pelo sentido de indivíduo ou fração, gerando uma consciência ingênua e despolitizada dos novos docentes (TIRADENTES, 2009).

Os docentes entrevistados demonstram certa “desesperança” na busca por mecanismos de luta contra o gigantismo financeiro que assola a educação. O sentimento de pertença, de mobilização e de união dos professores é consideravelmente limitado. Dos 15 docentes entrevistados, somente 2 são afiliados ao sindicato que os representa. A maioria não percebe ou não tem consciência de que o isolamento do trabalhador e o individualismo colocam em risco não só as conquistas trabalhistas adquiridas por meio de intensas lutas, como também, inviabiliza a manutenção dos direitos adquiridos e a conquista de condições de trabalho satisfatórias, melhores salários e maior estabilidade empregatícia.

O educador, segundo Demo (2000, p. 40), precisa “buscar formas de cidadania coletivamente organizada, mais capaz de se confrontar com o mercado. É esta competência política, no fundo, que eleva o salário mínimo, impõe condições de contratação e dispensa de trabalhadores”. O processo emancipatório se desenvolve por meio da consciência do sujeito, de dizer não à pobreza política, procurando meios de superação, propondo alternativas, organizando-se em associações.

Os docentes não acreditam que o sindicato possa trazer melhorias para a categoria. Eles têm a visão de que o sindicato não tem cumprido seu papel na luta pelos direitos e defesa da categoria.

Não sei dizer até que ponto contribuem, pois em alguns casos até atrapalham.
(Docente H).

Quando você chega a ver alguma coisa que eles [o sindicato] estão promovendo, eles estão oferecendo o mínimo do mínimo. Eles trazem poucos benefícios
(Docente E).

Segundo o Representante do Sindicato, embora a organização sindical ainda seja um pouco ausente no dia a dia das instituições, o sindicato não deixa passar nada do

ponto de vista do direito do professor. As convenções da categoria são celebradas no sentido de manter e ampliar os direitos conquistados.

A gente briga muito. Todo ano, nas nossas convenções, a gente tem conseguido ganho real. E eu faço uma avaliação que em um curto espaço de tempo a gente vai ter um sindicato como era nos anos 80 (Representante do Sindicato).

O SINPROEP-DF, sindicato que representa os docentes da instituição investigada, é fruto da fragmentação dos movimentos sindicais. A organização surgiu há sete anos, “após decisão política tomada pela diretoria do SINPRO-DF, que reconheceu a necessidade da formação de uma entidade específica para atender as demandas dos docentes do setor privado de ensino” (REVISTA CONTEÚDO, 2009, p. 23). Até então, existia um sindicato único, que era o Sindicato dos Professores do DF (SINPRO-DF). O sindicato tinha duas realidades na mesma categoria. Desde que o SINPRO-DF foi dividido, o SINPROEP-DF está em um processo de reorganização. Portanto, o sindicato está em um processo de construção; sem falar da própria questão da rápida expansão do número de IESPs na região. “Nos anos 80, havia 12 faculdades em Brasília, hoje há 64. Havia 50 escolas particulares à época, hoje há quase 600. O processo é dinâmico e a estrutura do sindicato ainda é limitada”, afirmou o Representante do Sindicato.

Apesar da fragmentação da organização sindical no DF e das limitações devidas ao processo de reorganização e da expansão da educação superior privada, que hoje tem um amplo domínio do setor, a fala do “Representante do Sindicato” aponta que o sindicato tem se mobilizado e lutado pelos direitos da classe. Uma questão que preocupa a organização é a demissão. As demissões em massa nas instituições do grupo investigado têm sido alvo de grande debate. Não há mecanismos que impeçam a instituição de demitir, pois a instituição é privada e tem esse direito. No entanto, existe uma convenção coletiva que reza todos os direitos dos professores. Quando o professor é demitido, o sindicato fiscaliza todos os direitos trabalhistas. “Coloca-se uma lupa na relação de trabalho e não deixa passar nada do ponto de vista financeiro-trabalhista,” destacou o Representante do Sindicato.

Apesar de todo esforço e empenho do SINPROEP-DF, os docentes gostariam de ver uma postura mais ativa do sindicato.

Eles não são que nem o SINPRO [Sindicato dos Professores das Instituições Públicas], que vem nas escolas uma vez por mês ou a cada 2 meses e mostra o que estão fazendo, discute, faz debate. Com o SINPROEP eu não tive esse tipo de contato. Eles nem perguntam se a gente quer se sindicalizar, quer ser fidelizado [...]. Eu acho esse tipo de contato super importante, mas com uma ação nesse

sentido que eu estou te falando, em termos de mostrar para a categoria o que está fazendo, de pensar melhorias, de interferir junto à instituição, de ser uma voz dentro da categoria (Ex-docente B).

Eu acredito que eles já contribuíram muito, mas no final dos anos de 1990 muita coisa mudou. Existem muitas instituições (sindicatos) e poucas ações no sentido de perceber as necessidades e mudanças (Docente A).

O movimento sindical deve se reorganizar de modo a estar mais próximo do cotidiano dos trabalhadores, das aspirações e dos direitos legítimos da categoria enquanto cidadãos. É preciso que o sindicato quebre o distanciamento dos trabalhadores. A energia política de globalização contra-hegemônica deve ocupar um lugar de destaque na agenda e nas ações de organização do sindicalismo. O importante é que as estratégias adotadas ou reivindicadas sejam autênticas: contestação genuína em vez de contestação simbólica; participação em assuntos relevantes em vez de participação em assuntos triviais. A ação reivindicativa não pode deixar de fora nada que afete a vida dos trabalhadores (SANTOS, 2010).

Neste período de reconstituição institucional, o sindicalismo corre o risco de se esvaziar, caso não se reforce como movimento. Estamos diante de um esvaziamento de sentido não só carreira docente, mas também na própria organização que os representa. “O sindicalismo já foi mais movimento que instituição. Hoje é mais instituição que movimento” (SANTOS, 2010, p. 396). A mobilização social tem de ser palco de discussão e luta pela qualidade e dignidade de vida e não incidir simplesmente sobre rendimentos.

Há um esvaziamento de sentido tão grande nos modos de ser, agir e pensar do educador, que o Docente “F” chega a acreditar, que mesmo diante do dragão financeiro-econômico, é mais fácil alcançar melhores condições de trabalho dialogando com a instituição do que se organizando coletivamente.

Eu acho que eles [os sindicatos] fazem muito barulho, muita bagunça e pouco resultado. O que traz o resultado mesmo é o próprio diálogo com a instituição (Docente F).

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado das coisas dentro da consciência. “As condições reais da vida cotidiana foram plenamente dominadas pelo *ethos* capitalista, sujeitando os indivíduos

[...] ao imperativo de ajustar suas aspirações de maneira conforme” (MÉSZÁROS, 2008, p. 80).

Antunes (2006) avalia que as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora e das organizações sindicais em escala mundial, tornando-as mais heterogêneas, fragmentadas e complexas. Segundo Dal Rosso (2009, p. 15), “a fragmentação constitui um empecilho de monta na conquista de direitos para os trabalhadores”. Observa-se atualmente o avanço da divisão no interior da instituição sindical.

Ao analisarmos os discursos dos docentes, constatamos que eles anseiam por mais representatividade do sindicato, contudo, não têm o entendimento da real necessidade de se organizarem e de se fortalecerem para enfrentar os patronatos quanto à desregulamentação a que estão sendo submetidos: planos de carreira inconsistentes; pressão constante de demissão; redução da carga horária. Grande parte dos docentes entrevistados demonstra pouco interesse pelos acontecimentos relacionados à área em que atuam. Quando questionados sobre fusões e aquisições institucionais e abertura de capital na bolsa de valores, 8 docentes afirmaram desconhecer ao menos um desses processos.

[Fusão institucional] Essa palavra é nova pra mim. Não sei nada disso (Ex-docente A).

[Abertura na bolsa] Não sei (Docente “D”, Docente “E”, Docente “G”, Docente “H”, Ex-docente C).

Causa estranhamento, um professor que trabalha para um dos maiores grupos educacionais do mundo desconhecer sobre o assunto. Tem professor que não sabia sequer que a instituição pertencia a um grupo que tem capital aberto na bolsa de valores. Um outro aspecto que chamou a atenção, é que só falaram das demissões, os docentes que foram demitidos. Dos 11 que ainda atuam na instituição, nenhum falou sobre o assunto.

Nas palavras de Lourau (2004, p. 193), estamos diante da “autogestão [...] da alienação”. É mister que o sindicato busque uma aproximação maior com os docentes, que se desperte o fenômeno dialético entre a categoria e a organização sindical. A inércia, a não mobilização e participação dos docentes pode manter e até mesmo promover ainda mais a flexibilização, a desregulamentação trabalhista, a intensificação

e precarização das condições de trabalho. Há um longo caminho para que seja construída a consciência e a atuação política do professor.

Conforme Dal Rosso (2009), docentes e sindicatos são agentes de transformação. Os sindicatos se voltam para a transformação da sociedade visando à superação dos problemas sociais. Nesse sentido, seu papel centra-se na contestação e no desafio à ordem estabelecida, questionando a validade e apresentado parâmetros para que ocorram mudanças. No entanto, o cumprimento dessa missão se torna difícil, visto que a cada dia avança a divisão no interior das instituições sindicais. A fragmentação promove o enfraquecimento e, naturalmente, constitui-se em um empecilho na conquista de direitos para os trabalhadores.

“Como sindicalismo é um movimento coletivo, é insuficiente a argumentação baseada apenas em condições objetivas, como as condições degradadas de trabalho, sem atenção para a formação da consciência sindical” (DAL ROSSO; CRUZ; RÊSES, 2011, p. 129). A edificação de um movimento sindical, que represente efetivamente a categoria, supõe rupturas de consciência. Conforme Melo, Souza e Augusto (2014), aos sindicalistas assenta-se o desafio da autocrítica a respeito da sua própria representatividade política diante da categoria docente e da resistência em vista da redução ou superação das contradições sociais do trabalho; o reconhecimento da relevância da militância política; e a reconstrução de um sindicalismo crítico, autônomo e que reflita acerca das expectativas dos próprios trabalhadores.

Considerações finais

O quadro vigente, marcado pelo modelo de governança educacional corporativa e pelas fusões e aquisições institucionais no setor da educação superior privada, não apresenta perspectivas convidativas para a carreira docente. Uma nova lógica laboral vem se consolidando no cotidiano do professor, em especial, daqueles que fazem parte dos oligopólios formados pelas companhias educacionais, que vêem as instituições como empresas e a educação como serviço.

Ao analisarmos a fala dos docentes, percebe-se que eles se sentem desvalorizados diante das políticas e do novo modelo de governança adotados pela instituição. As mudanças correntes trouxeram impactos que desmotivam os docentes e afetam tanto sua

qualidade de vida como a própria qualidade da educação ofertada pela instituição, onde se percebe: diminuição do valor da hora/aula (os contratos novos já vêm com o valor reduzido); fim da orientação de trabalho de conclusão de curso; junção de turmas; padronização do sistema; pressão para o cumprimento de metas e prazos; risco de ser demitido a qualquer hora, entre tantas outras.

A situação é alarmante, pois corrobora com a crescente precarização das condições de trabalho e oprime os docentes. Todavia, a grande contradição é que apesar das perdas trabalhistas identificadas no estudo, constata-se a ampliação do afastamento político-sindical e a deterioração da politicidade docente, fatores estes que podem agravar ainda mais a exploração da mão de obra desses trabalhadores. A não sindicalização e a falta de credibilidade na categoria que os representa, reduz as possibilidades de luta e de enfrentamento do problema.

Referências

- ALVES, M. 2012. Governança educacional e gestão escolar: reflexos na responsabilidade social da educação. *In*: R. M. GUIMARÃES-IOSIF (Org.) **Política e governança educacional**: disputas, contradições e desafios diante da cidadania. Brasília, DF: Universa: Líber Livro, p. 129-144.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- BALL, S. J. et al. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, mai.-ago., 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.
- BITTAR, M; RUAS, C. M. S. Expansão da Educação Superior no Brasil e a formação dos oligopólios – hegemonia do privado mercantil. **EccoS**, São Paulo, n. 29, p. 115-133. set./dez. 2012.
- CONTEE. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. **Vitória da Contee**: Cade recomenda restrições à fusão entre Kroton e Anhanguera. Disponível em: <<http://contee.org.br/contee/index.php/2013/12/vitoria-da-contee-cade-recomenda-restricoes-a-fusao-entre-kroton-e-anhanguera/#.UyHnxfldXVc>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

DAL ROSSO, S. D. Contribuição para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: SEMINÁRIO PARA DISCUSSÃO DE PESQUISAS E CONSTITUIÇÃO DE REDE DE PESQUISADORES, 1., 2009, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Iuperj. 2009. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/arquivos/Rosso.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

DAL ROSSO, S.; CRUZ, H. L.; RESES, E. S. **Condições de emergência do sindicalismo docente. Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-131, mai.-ago., 2011.

DEMO, P. **A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. São Paulo: Cortez, 2000.

DEMO, P. **Politicidade: Razão humana**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, jul.-dez., 1997.

LOURAU, R. Implicação e sobreimplicação. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: Analista institucional em tempo integral**. São Paulo, SP: HUCITEC, 2004, p. 186-198.

MELO, S. D.; SOUZA, A. L. L.; AUGUSTO, M. H. Conflito na educação: resistência e organização sindical dos docentes da educação básica Brasil. In: ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO TRABALHO E FORMAÇÃO, 2, 2013, Porto. **Anais...** Porto: CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, 2014. p. 3139-3157.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, R. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 30, n.108, p. 739-760, out., 2009.

OLIVEIRA, S. O recondicionamento do trabalho docente nos anos de contrarrevolução capitalista neoliberal. **Revista SINPRO-RIO**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 38-45, jun., 2011.

REVISTA CONTEÚDO. Sinproep-DF adota plano moderno de comunicação. **Revista Conteúdo**, Brasília, n. 4, p. 23, nov., 2009.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

SILVA, M. E. P. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior: entre o público e o mercantil**. 2009. 181 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TAVARES, S. M. N. Governança em universidades confessionais no Brasil: modelo em construção. **Educação & Linguagem**, v. 12, n. 19, p. 219-238, jan.-jun., 2009.

TIRADENTES, A. Em breve, “universidade micro-ondas”: o caso das instituições de Educação Superior Privadas no Rio de Janeiro. **Revista Ciência e Luta de Classes**. Rio de Janeiro: Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais – CEPPE, v. 3, n. 4, p. 1-35, set., 2009.

TIRADENTES, A. Financeirização da Educação Superior: estratégia da mercantilização. **Revista SINPRO-RIO**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 16-24, jun., 2011.